ANISTIAS E PARCELAMENTOS DE DÉBITOS DE **ICMS** VIGENTES

Estado	Base legal	Reduções	Abrangência	Prazo para adesão
Acre	Lei nº 3.673/2020 e Decreto Nº 7.793/2021	Redução de juros e multa que varia entre 65% e 95%, a depender da modalidade de pagamento. Os créditos tributários decorrentes exclusivamente de penalidade pecuniária por descumprimento de obrigações acessórias têm redução de até 95% se pagos à vista.	Créditos tributários de ICMS cujos fatos geradores tenham ocorrido até 30 de junho de 2020 e vencidos até 31 de julho de 2020 constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive ajuizados.	30 de setembro de 2021
Amapá	Decreto nº 1308/2021	Redução de juros e multa que varia entre 65% e 95%, a depender da modalidade de pagamento. Os créditos tributários decorrentes exclusivamente de penalidade pecuniária por descumprimento de obrigações acessórias têm redução de até 80% se pagos à vista.	Créditos tributários de ICMS cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2020, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive ajuizados.	31 de agosto de 2021
Espírito Santo	Lei nº 11.331/21	Redução de juros e multa que varia entre 75% e 100%, a depender da modalidade de pagamento. Para débitos compostos apenas de multa: redução que varia entre 95% a 40%, a depender da modalidade e data do pagamento.	Créditos tributários de ICMS cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2020, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive ajuizados ou protestados.	30 de dezembro de 2021 Obs: Os descontos são maiores para os contribuintes que aderirem até o dia 31 de agosto de 2021 .
Mato Grosso	Lei nº 10.433/16 , alterada pela Lei 11.329/2021 Decretos nº 905/21 e nº 1.020/21	Redução de juros, multa e demais acréscimos legais que varia entre 15% e 100%, a depender da modalidade de pagamento.	Créditos tributários de ICMS vencidos até 31 de dezembro de 2020, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2016. Alcança os débitos fiscais constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa.	31 de agosto de 2021

Estado	Base legal	Reduções	Abrangência	Prazo para adesão
Minas Gerais	Decreto 48.195/2021	Redução de multa e juros que varia entre 50% e 90%, a depender da modalidade de pagamento.	Créditos tributários de ICMS cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2020, inscritos ou não em dívida ativa, bem como saldo remanescente de parcelamento fiscal em curso.	16 de agosto de 2021
Pernambuco	Lei nº 449/2021 Decreto nº 50.901/2021	Redução de juros e multa que varia entre 30% e 90%, a depender da modalidade de pagamento.	Créditos tributários de ICMS cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de agosto de 2020. Alcança os débitos fiscais constituídos ou não, inclusive saldo remanescente já parcelado ou reparcelado. Não se aplica aos débitos (i) garantidos por depósito, bloqueio de valores, carta de fiança ou seguro garantia, que tenha disso objeto de decisão judicial transitada em julgado favorável à Fazenda Pública; (ii) objeto de ação penal em que tenha sido proferida decisão condenatória transitada em julgado; e (iii) de contribuinte optante pelo Simples Nacional.	27 de agosto de 2021
Piauí	Lei nº 7.493/2021	Redução de juros e multa que varia entre 60% e 95%, a depender da modalidade de pagamento. Os créditos tributários decorrentes exclusivamente de penalidade pecuniária por descumprimento de obrigações acessórias terão redução de 90% se pagos à vista.	Créditos tributários de ICMS cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2020. Alcança os débitos fiscais constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive ajuizados, espontaneamente denunciados pelo contribuinte, ou ainda em discussão administrativa ou judicial para pagamento integral ou parcelado.	31 de agosto de 2021
Rio de Janeiro	Lei Complementar nº 189/2021 Lei Complementar nº 191/2021	Redução de multa e juros que varia entre 30% e 90%, a depender da modalidade de pagamento.	Créditos tributários de ICMS cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2020. Inclui débitos inscritos ou não em dívida ativa, excetuados os relativos à substituição tributária.	31 de agosto de 2021

Estado	Base legal	Reduções	Abrangência	Prazo para adesão
Rio Grande do Norte	Lei nº 10.7584/2020 , com alterações da Lei nº 10.954/2021 Decreto nº 30.084/2020 (e posteriores)	Redução de juros e multa que varia entre 60% e 95%, a depender da modalidade de pagamento. Os créditos tributários decorrentes exclusivamente de penalidade pecuniária por descumprimento de obrigações acessórias terão redução de 90% do seu valor, se pagos à vista.	Créditos tributários de ICMS vencidos até 31 de março de 2021. Alcança os débitos fiscais constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, inclusive objeto de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, espontaneamente denunciados pelo contribuinte, em discussão administrativa ou judicial, ou, ainda, proveniente de lançamento de ofício.	31 de agosto de 2021
Santa Catarina	Lei nº 18.165/2021	Redução de multa e juros que varia entre 30% e 90%, a depender da modalidade de pagamento.	Créditos tributários cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2020, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive os ajuizados.	31 de agosto de 2021

Mais detalhes sobre os critérios de adesão, abrangência e reduções dos débitos devem ser consultados diretamente na legislação de cada Estado.

Nossos especialistas estão à disposição para esclarecer dúvidas. [Clique aqui](#) para entrar em contato ou [saiba mais](#) sobre a prática de Tributário.